



Educação Ambiental, Ecofeminismo e Pesquisa-ação: análise de um processo pedagógico de conscientização

Lisiana Lawson Terra da Silva¹
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
orcid.org/0000-0002-1004-4096

André Luis Castro de Freitas²
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
orcid.org/0000-0002-4566-3655

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em que mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental, reunidas em círculos de cultura, produzem conhecimento, emancipação e transformação social. Este trabalho ancora-se na perspectiva teórica da Educação Ambiental Crítica, a qual, articulada ao Ecofeminismo fornece uma potente lente epistemológica que permite desvelar as opressões enfrentadas pelo grupo. Trata-se de uma pesquisa-ação participante a qual se caracteriza por um lado, no diálogo e produção de conhecimento e, por outro, na resolução de problemas que impactam a realidade desses grupos, buscando, por fim, a transformação social e a emancipação das mulheres participantes. Os resultados, ainda que preliminares, demonstram a potência do referencial teórico metodológico na construção de um processo pedagógico freiriano de conscientização.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Ecofeminismo; Mulheres; Pesquisa-ação; Conscientização.

Environmental Education, Ecofeminism and Action research: reports on a pedagogical awareness process

¹ Doutoranda em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: lisianalawson@yahoo.com.br

² Mestre e Doutor em Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA. E-mail: dmtalcf@furg.br

Abstract: his article aims to present preliminary results of a doctoral research in which women in socio-environmental vulnerability, gathered in cultural circles, produce knowledge, emancipation and social transformation. This work is anchored in the theoretical perspective of Critical Environmental Education, which, articulated with ecofeminism, provides a powerful epistemological lens that allows unveiling the oppressions faced by the group. It is a participatory action research that is characterized, on the one hand, in the dialogue and production of knowledge, and on the other in the resolution of problems that impact the reality of these groups, seeking, finally, the social transformation and the emancipation of the participating women. The results, although preliminary, demonstrate the power of the methodological theoretical framework in the construction of a Freirean pedagogical process of awareness.

Keywords: Critical Environmental Education; Ecofeminism; Women; Action Research; Awareness.

INTRODUÇÃO

“Nós, mulheres, estamos desobedecendo o estado de falsa democracia, denunciando a usurpação de seus poderes. Estamos gritando juntas para estabelecer outras leis e outra ordem para além das naturalizações impostas”. Ivone Gebera – Esperança Feminista

Nesse artigo temos como objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em que mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental, reunidas em círculos de cultura, produzem conhecimento, emancipação e transformação social³. Ancoramos nossa pesquisa na perspectiva teórica da Educação Ambiental Crítica (LOUREIRO, 2009; PEDRUZZI, 2019), a qual articulada ao Ecofeminismo (SHIVA; MIES, 2014) fornece uma potente lente epistemológica que permite às mulheres, reunidas em um espaço formativo de convívio, desvelar as opressões que atuam de forma dinâmica e em dimensões variadas na materialidade de um determinado contexto sócio-histórico colocando-as como seres humanos inferiores na sociedade capitalista e patriarcal.

Para isso, nosso artigo tem como foco a análise do convívio entre vinte e cinco (25) mulheres que participam de uma associação localizada em um município no sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil e que se organizaram

³ Pesquisa aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa – CEP – FURG. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE nº 55405722.7.0000.5324.

em círculos de cultura durante o ano de 2022. A partir da abordagem metodológica da pesquisa-ação participante, conforme Thiollent (2022), foram elaborados temas geradores (*mulher – maternidade – trabalho*), os quais pautaram o diálogo e produziram um mapa diagnóstico de problemas.

Os resultados parciais da pesquisa mostram que houve um processo pedagógico freiriano de *conscientização* a partir do encontro da lente epistemológica com a realidade e as experiências vividas por essas mulheres, potencializado pelo diálogo e pelas reflexões proporcionadas nos círculos de cultura.

Assim, apresentamos na primeira parte do artigo o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, e em seguida, na segunda parte, discorremos sobre a metodologia da pesquisa-ação que potencializou a teoria e produziu os círculos de cultura. Por fim, na terceira parte, expomos os resultados das análises preliminares dos círculos de cultura com as reflexões das mulheres participantes, as quais demonstram o processo pedagógico da *conscientização*.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOFEMINISMO: UMA POTENTE LENTE EPISTEMOLÓGICA

“Para mim, uma postura ecofeminista é político-crítica, relacionada com a luta antirracista, antissexista e antielitista”. Ivone Gebara – Teologia Ecofeminista.

A Educação Ambiental é uma área de estudos que compõe a grande área da Educação e parte da ideia de ambiente como um espaço de relações complexas, interdependentes e multidimensionais entre seres humanos, não humanos e natureza, compondo uma ideia de meio ambiente socioambiental.

Desta forma, a Educação Ambiental preocupa-se em contemplar na área educacional todo esse conjunto de relações em que estão postas as explorações, dominações e subordinações de determinados grupos sobre outros. Assim, concordamos com Reigota (2014), quando o autor afirma que a Educação Ambiental é uma educação política e que tem como objetivo:

[...] a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os seres humanos, visando a

3

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 1, Julho, 2023
Recebido em: 29/12/2022
Aceito em: 23/06/2023

superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos (p. 13).

Nesse sentido, é uma perspectiva de educação que não é neutra e que busca desvelar as opressões contidas no contexto social e histórico dos educandos por meio da participação dos mesmos nos processos educativos.

Contudo, a Educação Ambiental é composta por uma variedade de perspectivas teóricas que se estendem, desde práticas educativas conservacionistas, as quais buscam a conservação e proteção da natureza, até a Educação Ambiental Crítica, que busca a emancipação e transformação da vida das oprimidas e oprimidos⁴, desvelando as relações de exploração e opressão que atravessam a sociedade e a natureza (LAYRARGUES e LIMA, 2014).

Diante do exposto, optamos por balizar nosso trabalho em sua vertente crítica:

[...] compreendida como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos — o que implica mudança cultural e social (LOUREIRO; TORRES, 2014, p. 138).

Desse modo, melhorar a condição de vida de oprimidas e oprimidos é o ponto de partida de qualquer reflexão que tenha como fundamento a Educação Ambiental Crítica. Para Layrargues e Lima (2014) práticas de Educação Ambiental que não estejam apoiadas em uma teoria crítica ficam a meio caminho, uma vez que ocultam as opressões e explorações que permeiam as relações de poder na sociedade. Portanto, refletir sobre a Educação Ambiental Crítica com vista à transformação da sociedade e emancipação, requer

⁴ Este trabalho procura privilegiar a linguagem escrita feminina, pois se propõe a debater o feminismo em suas diversas manifestações e sentidos. Para isso, suprimimos o termo freiriano *sujeito* sempre que possível. Entendemos que este termo carrega um sentido político e, portanto, não é passível de substituição por outras palavras. Segundo Pitano (2010), Paulo Freire elabora em sua obra a relação entre *sujeito e objeto* afirmando que todo indivíduo que é ativo socialmente e coletivamente desenvolvendo a capacidade de transformação política da sociedade deixa de ser *objeto*, transformando-se, nesse processo, em *sujeito* de sua própria história e tornando-se, assim, capaz de pronunciar a sua palavra. Mesmo assim, consideramos que o termo carrega um sentido masculino e, portanto, optamos pela expressão *oprimidas e oprimidos* por considerarmos que se adequa ao propósito de nossa escrita.

comprometimento com grupos de seres humanos oprimidos e em situação de vulnerabilidade e pensar com essas pessoas e a partir dos problemas concretos de suas vidas sobre os conflitos instalados e uma possível solução para a justiça social e ambiental.

Problemas como a colonialidade, o patriarcado e o racismo são a base sobre a qual o sistema societário capitalista se sustenta, tal que problematizar essa base requer pensar outra forma de viver que não esteja baseada no capitalismo neoliberal, racista e patriarcal.

Para Pedruzzi (2019) a Educação Ambiental Crítica “[...] trata da radical superação do capitalismo, das relações de exploração, da dominação dos humanos e da natureza” (p. 29). A autora também reforça a importância de estudarmos as perspectivas críticas de Educação Ambiental para consolidação de seu campo teórico e metodológico com o objetivo de refletir sobre a prática e a forma como vem sendo compreendida na área da Educação.

Nesta mesma linha de ideário emancipatório da Educação Ambiental, Loureiro (2003) discute a noção de transformação na educação a partir de dois eixos: um eixo conservador que busca mudanças superficiais sem modificar o *status quo* em que as mudanças comportamentais são de adaptação e não alteram o modelo de sociedade capitalista, que o autor chama de “[...] conotação pseudo-transformadora da educação” (LOUREIRO, 2003, p.38), a qual é hegemônica nos dias de hoje e que trabalha principalmente as questões de reciclagem de lixo, reutilização de materiais, mas não faz a crítica da relação entre produção, consumo e cultura.

O outro eixo denominado pelo autor de revolucionário e emancipatório conduz à crítica radical ao modelo societário contemporâneo, às relações econômicas e às dominações de grupos de seres humanos e não humanos. Este viés de Educação Ambiental procura a transformação integral do ser, pois entende que esta é uma práxis social, a qual busca a construção de um novo modelo de civilização e sociedade em que a “[...] sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam o seu cerne” (LOUREIRO, 2003, p. 40).

Para isso, compreende a Educação Ambiental Crítica e transformadora como aquela que busca compreender os seres humanos enquanto sujeitos históricos e inseridos em determinado contexto de materialidade e de luta de classes. A partir dessa premissa, tem como objetivo refletir e teorizar sobre a atividade humana mediada pela natureza, ao mesmo tempo em que procura ampliar a consciência, por meio do desenvolvimento de uma capacidade crítica. A relação entre teoria e prática humana é que leva à reflexão e a transformação material e da subjetividade de oprimidas e oprimidos. Isto posto, esta vertente crítica de Educação Ambiental entende como incompatível ambientalismo e capitalismo.

A partir da elaboração teórica anterior, defendemos que a Educação Ambiental, situada em uma perspectiva crítica e marxista, necessita analisar como as relações de gênero são centrais para refletir sobre as injustiças sociais e ambientais, já que estas produzem desigualdades, relações de poder assimétricas e opressões em uma cultura ocidental pautada no patriarcado.

Assim sendo, as mulheres, enquanto grupo de oprimidas e inseridas na lógica de dominação patriarcal, estão expostas ao controle, à dominação e à dependência financeira e cultural dos homens, o que leva, muitas vezes, à uma situação de vulnerabilidade socioambiental. Para Di Ciommo (1999) o estado de vulnerabilidade expõe as mulheres à degradação ambiental, pois vivem, muitas vezes, em territórios de risco ambiental. Além disso, historicamente, as mulheres são responsáveis pela alimentação de todo o grupo familiar e, portanto, necessitam permanentemente de acesso a alimentos de qualidade e água limpa.

Porém, ao trabalhar e pesquisar em contato direto, isto é, de forma participativa, com grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental, que enfrentam a pobreza, o machismo e o racismo, chegamos à conclusão que a lente epistemológica da Educação Ambiental Crítica não é suficiente para fazer frente aos problemas vividos por estas mulheres. Elas precisam trabalhar em jornadas duplas, gerar e criar filhos, muitas vezes sozinhas e, por isso, enfrentam opressões graves em comparação aos homens

uma vez que o sistema societário capitalista além da exploração do trabalho está aliado ao patriarcado.

Diante disso, Di Ciommo (1999) afirma que a Educação Ambiental necessita aprofundar o estudo sobre as questões de gênero e as teorias ecofeministas, uma vez que novas práticas cotidianas estão a instituir novos estilos de vida mais sensíveis às questões ambientais no último século e essas mudanças são capitaneadas por mulheres, as responsáveis pela esfera da reprodução social.

De acordo com o exposto, aliamos à nossa reflexão teórica a noção de *novo patriarcado* desenvolvida por Federici (2017), em que a autora elabora a especificidade da dominação dos homens sobre as mulheres no sistema capitalista, ao somar à essa dominação, a exploração do trabalho e dos corpos das mulheres e, ainda, a expropriação de conhecimentos e práticas sociais e culturais. Se, como diz Lerner (2019), o patriarcado é um sistema que existe a milênios e que vai se transformando com o passar dos processos históricos da humanidade, sob o capitalismo ele assume uma forma de extrema violência, isolamento e injustiça com as mulheres, ao colocá-las como subordinadas e inferiores aos homens.

Batthacharya (2019) explica como o sistema capitalista produziu uma fratura entre a esfera da produção e a esfera da reprodução social. Enquanto a primeira acontece na economia formal e é formada majoritariamente pelos homens, a segunda se estabelece fora da produção, no espaço doméstico, de forma invisibilizada, a custo quase zero para o capital e mantida pelo trabalho das mulheres. A autora, por meio da Teoria da Reprodução Social mostra que, ao contrário da separação que o sistema capitalista produziu, a produção de mercadorias (bens e serviços) e a produção da vida (trabalho doméstico e de cuidado) estão interligadas, isto é, uma sustenta a outra.

Como forma de fundamentar sua reflexão, Batthacharya (2019) ao questionar sobre quem reproduz a força de trabalho destaca três pontos que se interconectam: i) As atividades de regeneração da classe trabalhadora como uma casa arrumada, comida na mesa e roupa lavada, para que o trabalhador

esteja apto a voltar ao trabalho no dia seguinte; ii) As atividades de cuidado com aqueles que serão futuros trabalhadores como crianças ou que então já estão fora da esfera da produção como os idosos, pessoas com deficiência ou desempregados; iii) A geração de pessoas, novos trabalhadores, isto é, dar à luz. Todas essas atividades domésticas são desempenhadas em sua grande maioria pelas mulheres e a custo zero para o capital. Mesmo que hoje tenhamos lares em que o trabalho doméstico possa ser feito de forma mais igualitária em relação ao gênero, a estrutura do sistema ainda coloca as mulheres como responsáveis por essas atividades.

Nesse sentido, ao tentar ajustar a lente epistemológica em nossa pesquisa tendo como fundamento a Educação Ambiental Crítica, e a partir de leituras da Teoria da Reprodução Social, encontramos no Ecofeminismo os fundamentos teóricos e práticos que permitem desvelar as opressões enfrentadas pelas mulheres.

Outra relação entre seres humanos e natureza pode ser mediada pelas mulheres, segundo o Ecofeminismo⁵. Para esta abordagem teórica a opressão das mulheres, está intrinsecamente ligada à dominação da natureza e a consequente destruição do planeta, pois fazem parte do mesmo sistema de dominação constituído pelo patriarcado e, portanto, uma não será revertida sem a outra.

Puleo (2018) nos mostra que em meio à crise ambiental e social é necessária a construção de outro mundo que não esteja baseado na opressão e na exploração de seres humanos e da natureza. Isto significa modificar o modo de desenvolvimento androcêntrico por outro que possua empatia em relação à natureza e faça uma análise crítica das relações de poder. Para a autora é necessário valorizar o desenvolvimento em conjunto da razão e da emoção com a universalização de virtudes e atitudes tradicionalmente femininas, reivindicando a crítica ante a discriminação das mulheres. Assim, “[...] adotar uma perspectiva ecofeminista igualitária implica em não se fazer política

⁵ O Ecofeminismo é composto por várias correntes teóricas, nessa pesquisa estamos alinhados com a perspectiva crítica marxista.

ambiental à custa das mulheres, isto é, favorecendo os papéis tradicionais”⁶ (PULEO, 2018, p. 19)⁷, mas, pelo contrário, incentivar a sustentabilidade e inovar em relação à divisão sexual do trabalho.

Refletir sobre as relações de dominação implícitas na construção da categoria vulnerabilidade é ininteligível a partir da lógica capitalista e patriarcal. Para isso é necessária outra chave interpretativa, outra visão de mundo, que acreditamos encontrar no Ecofeminismo de vertente crítica, uma vez que, segundo Mies e Shiva (2014), este abarca tanto a necessária crítica ao modelo social capitalista e patriarcal baseado na opressão e exploração das mulheres e da natureza, quanto busca formas alternativas de organização social contra hegemônicas.

O estudo de Federici (2017) apresenta detalhadamente a formação da sociedade capitalista articulada com a exploração do mundo colonizado, o surgimento dos estados nacionais, a partir da lógica burguesa, e a opressão das mulheres instituindo o *novo patriarcado*. Esse amálgama conforma uma nova divisão sexual do trabalho e a separação entre as esferas da produção do capital como trabalho masculino e a esfera da reprodução do sistema como trabalho feminino. A questão é que, a partir de então, compreendemos que o único trabalho constituído de valor é o assalariado e masculino e com isso o trabalho doméstico e feminino, assim como toda a esfera da vida privada passam por intenso disciplinamento, naturalização e invisibilização, tal que, as mulheres e seus corpos são domesticados para sustentar o capital.

Mies (2014), concorda com o exposto anteriormente, quando diz que as mulheres não têm nada a ganhar no sistema capitalista. Para a autora, este sistema societário privilegia o crescimento econômico não sustentável, a partir da ideia de acumulação de capital sobre todas as outras formas de relação. Nesse sentido, é preciso desenvolver uma nova perspectiva de sociedade

⁶ No original: “Adoptar una perspectiva ecofeminista igualitária implica que no se puede hacer política ambiental a costa de las mujeres, es decir, favoreciendo los papeles tradicionales”.

⁷ Todas as traduções deste artigo são responsabilidade dos autores.

baseada em outra relação com a natureza, entre as próprias mulheres e entre as mulheres e os homens.

Zein e Setiawan (2017) ao analisarem as várias correntes de Ecofeminismo, nos apontam que o Ecofeminismo marxista é aquele que analisa a dominação das mulheres e da natureza pelos homens por meio das categorias poder, trabalho e propriedade privada. A conexão entre essas categorias se dá por meio do valor da produção e da reprodução em um mundo organizado a partir da mercantilização da vida e que chega até o corpo das mulheres, mais especificamente o útero, colocado a serviço da reprodução da força de trabalho.

A sociedade patriarcal é interdependente do capitalismo, do colonialismo, e da racialização dos corpos. Todos esses fatores formam um emaranhado que não é possível ser enfrentado separadamente, pois não foram produzidos separadamente, foram produzidos no núcleo da formação do capitalismo. Nessa perspectiva, todos esses sistemas devem ser atacados ao mesmo tempo e a alternativa é pensar outro mundo possível, a partir de relações sociais comunitárias e solidárias e de respeito à natureza.

Nesse sentido, autores como Pedruzzi (2019), Loureiro (2009), Loureiro e Torres (2014) e Layrargues e Lima (2014) ao ampliarem as reflexões sobre a área de pesquisa em Educação Ambiental Crítica, abrem caminho para a articulação com outras abordagens teóricas que privilegiam a transformação das relações de opressão e a emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental. A partir disso, compreendemos que o Ecofeminismo proposto por Mies (2014), Mies e Shiva (2014) e Puleo (2018) juntamente com as reflexões sociais e históricas sobre a formação do capitalismo e o novo patriarcado de Federici (2017), associado, ainda, à Teoria da Reprodução Social de Battacharia (2019) produzem uma lente epistemológica que permite visualizar, nomear e enfrentar os problemas enfrentados por estas mulheres.

PERCURSO METODOLÓGICO: PESQUISA-AÇÃO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

“Este “outro jeito” de fazer pesquisa dialogava com a proposta freiriana de Educação popular. Fundamentalmente, também entendia a possibilidade de reconhecer a diversidade de saberes – acadêmicos, tradicionais, populares – e estabelecer o diálogo entre eles para entender a realidade e encaminhar ações transformadoras. Foi assim que a Pesquisa-Ação Participante se tornou um eixo da Educação Popular”- Moema Viezzer – Vocação de Semente.

Tendo como fundamento a perspectiva teórica explicitada anteriormente, e ao analisarmos as metodologias de pesquisa que melhor potencializassem tal lente epistemológica, encontramos na pesquisa-a o participante os elementos necessários para a constru o coletiva desta pesquisa.

Inserida no bojo das pesquisas participantes, a pesquisa-a o   um método de pesquisa científica que se caracteriza por estar associada a a es coletivas com grupos oprimidos e em situa o de vulnerabilidade e tem por objetivo, por um lado, a resolu o de problemas que impactam a realidade desses grupos e, por outro, a transforma o social e a emancipa o de oprimidas e oprimidos. Conforme Thiollent (2022) a pesquisa-a o participante rompe com a rela o hierárquica existente entre pesquisadora e pesquisada, em que a primeira tem o poder de estabelecer o que a segunda deve fazer ou pensar sobre determinado problema. Nesse sentido, a pesquisa-a o   a reflexão, elabora o e constru o coletiva de uma a o com o intuito de solucionar um problema que impacta significativamente a vida das participantes da pesquisa.

Pensar a pesquisa-a o participante enquanto um processo pedagógico, faz sentido, pois com espírito participativo e de discussão e análise de problemas as participantes estão amadurecendo ideias e ressignificando experiências e isso tudo torna-se aprendizagem. Principalmente, porque a pesquisa-a o lida com saberes formais, acadêmicos e saberes informais provenientes da cultura popular, por isso, Brandão e Streck (2006) afirmam que a pesquisa-a o   Educa o Popular, já que busca a conscientiza o e a reflexão sobre a realidade do grupo de pessoas envolvidas na pesquisa.

A pesquisa-ação é um método ou uma estratégia de pesquisa que pode agregar várias técnicas de coletas de dados, desde que tenham uma abordagem de participação coletiva. Uma das técnicas que podem ser utilizadas são os círculos de cultura. O círculo de cultura é um formato de trabalho em grupo – uma roda de pessoas - baseado em Paulo Freire que reúne ao mesmo tempo um novo formato de educação, um projeto de pesquisa e uma ação social. Brandão (2010) afirma que o círculo tem três eixos de transformação: a de si próprio; das relações entre grupos de pessoas que buscam a emancipação política; e a transformação das estruturas sociais. O autor ainda fornece alguns passos para a compreensão de que o diálogo no círculo é muito mais do que apenas uma técnica ou recurso didático, mas o próprio fundamento do processo em que dizer a sua palavra é uma forma de aprendizagem e reflexão.

O círculo possui então uma forma, um caminho, que começa pela investigação temática da realidade em que estão mergulhadas as participantes, isto é, a pesquisadora deve conhecer a realidade da comunidade onde o círculo se dará, ao mesmo tempo deve fazer um levantamento do universo vocabular, social e histórico, construindo assim o próprio material a ser utilizado no processo educativo. Bezerra e Brandão (1980) descrevem os círculos de cultura como “[...] centros em que o Povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo” (p. 141, grifo dos autores). Esta citação, ao mesmo tempo em que corrobora o que foi discutido até agora, revela outra dimensão inseparável de nossa pesquisa que é a atividade política, pedagógica e de ação cultural, as quais caracterizam a educação transformadora.

Por isso, o círculo é também uma pesquisa participante e uma pesquisa-ação, pois há uma relação já estabelecida com a comunidade e a proposta de construção de uma ação coletiva. Assim como Brandão e Streck (2006), partimos da ideia de que em primeiro lugar a pesquisa-ação é Educação Popular e em segundo lugar, toda pesquisa participante é um método que se utiliza da relação dialógica e, por isso, tem vocação educativa, e é politicamente formadora. Assim,

o conhecimento discutido e compartilhado no grupo participante produz o processo de *conscientização*, o qual é sempre coletivo.

Adams (2007), por sua vez, utiliza o termo pesquisa-formação para designar a pesquisa participante como uma produção intersubjetiva de conhecimento que se dá a partir da relação entre pesquisadora-educadora e pesquisanda-educanda. A pesquisa é um processo de formação onde as participantes, que estão sempre situadas em uma realidade histórica e cultural, procuram conhecer mais e *ser mais*⁸.

Portanto, podemos perceber que a utilização de círculos de cultura como forma metodológica de pesquisa-ação encaixa perfeitamente na proposta de nosso trabalho, o qual busca desvelar as opressões que as mulheres da associação enfrentam em sua realidade, a partir de uma lente epistemológica constituída pela Educação Ambiental Crítica articulada ao Ecofeminismo e, assim, construir um projeto de ação coletiva.

Enfatizamos duas questões peculiares à pesquisa-ação: a primeira é o acordo coletivo para a realização da pesquisa em que as participantes e a pesquisadora, a partir de um elo construído a partir da confiança e da afetividade, produzidas no convívio do próprio grupo, durante o processo de investigação temática, estabeleceram os objetivos (diálogo e aprendizagem) e as formas de ação (ação-reflexão⁹); a segunda questão é que o grupo de mulheres participantes da pesquisa possui um ritmo próprio que, na maioria das vezes, não é o mesmo da academia. No caso de nosso trabalho, isto se refletiu na frequência das mulheres aos círculos, pois esta frequência foi condicionada aos seus compromissos com os filhos e com o trabalho. Portanto, a pesquisa-ação é uma pesquisa que necessita de tempo disponível para que o vínculo e o

⁸ *Ser mais* é categoria fundamental na teoria de Paulo Freire para que possamos compreender a sua concepção de ser humano. Freire (2016) na *Pedagogia do oprimido* explica que os humanos são seres históricos e em permanente processo de transformação. É por meio da educação problematizadora que os humanos têm a consciência de seu inacabamento, de sua inconclusão e buscam permanentemente *ser mais*.

⁹ *Ação – reflexão* é uma categoria fundamental da teoria freiriana. Ela designa o movimento dialético do saber, em que este também é o fazer e, ao mesmo tempo, a reflexão dessa ação, ou seja, a dialética da práxis. Para Kronbauer (2010), o conhecimento produzido realimenta criticamente o fazer, em que o resultado incide novamente sobre o saber e, assim, ambos, saber e fazer, ação – reflexão, se refazem continuamente.

convívio com as pessoas possam se desenvolver e o trabalho surgir, o que, muitas vezes, não segue os prazos estabelecidos para a pesquisa na pós-graduação, como, especificamente os prazos dos cursos *strictu sensu*.

Como forma de análise dos dados produzidos nos dezoito (18) círculos de cultura que constituíram a pesquisa utilizamos um método/abordagem reflexivo crítico embasado nos fundamentos teóricos da Educação Ambiental Crítica e ecofeminista. Mais do que um método, esta reflexão é uma abordagem filosófica e, desse modo, coerente com a pesquisa-ação participante, uma vez que esta é uma forma de compreender embasada firmemente na lente epistemológica que constitui o olhar da pesquisadora ao analisar o material.

Esta abordagem pressupõe que as participantes estão sempre situadas e condicionadas em uma determinada realidade, o que abarca tanto educadora-pesquisadora quanto educanda-pesquisada. Nesse sentido, desenvolvemos essa abordagem a partir de uma perspectiva freiriana de ação – reflexão, bem como de uma forma de compreensão da realidade das mulheres, tendo como fio condutor a Educação Ambiental Crítica e o Ecofeminismo.

Assim, a pesquisa se desenvolveu a partir de um percurso metodológico em que privilegiamos o diálogo com as mulheres, sistematizamos os dados produzidos nos círculos de cultura e produzimos conhecimento e novas formas de ação para o enfrentamento dos problemas elencados pelo grupo.

CÍRCULOS DE CULTURA: DIÁLOGO, REFLEXÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

“Para as mulheres, a necessidade e o desejo de cuidarem umas das outras não são patológicos, mas redentores, e é nesse saber que o nosso verdadeiro poder é redescoberto. É essa conexão real que é tão temida pelo mundo patriarcal”. Audre Lorde – Irmã Outsider.

A ideia do círculo com as mulheres da associação foi trabalhar com palavras geradoras, assim como sugerido em Bezerra e Brandão (1980). Os autores trazem em sua obra a metodologia utilizada, a partir de palavras geradoras, que surgem da investigação temática e o uso do caderno de cultura

popular, material que cada componente do grupo pode utilizar para elaborar conexões tanto semânticas das palavras geradoras, quanto do significado simbólico e social das mesmas. Em nossa pesquisa iniciamos os círculos com três (3) temas geradores – *mulher* – *maternidade* – *trabalho* – e escolhemos as demais palavras geradoras com o próprio grupo no decorrer dos encontros.

O grupo de mulheres em questão, vinte e cinco, e a pesquisadora convivem no espaço educativo há algum tempo, caracterizando o grupo como organizado, coeso e articulado. Como descrito, após a investigação temática foram escolhidos três principais temas geradores para iniciar os círculos de cultura: *mulher*, *maternidade* e *trabalho*. A partir disso, se desenrolaram os círculos e foram elencadas outras palavras geradoras derivadas das iniciais, as quais fomentaram as discussões e originaram um mapa de problemas¹⁰ que esta comunidade enfrenta, formando um diagnóstico com as principais questões que impactam a vida dessas mulheres.

Cabe ressaltar que levamos para os círculos, o conhecimento da teoria e a investigação temática (FREIRE, 2016) e o grupo, por sua vez, trouxe o conhecimento de sua realidade e suas experiências de vida e foi nesse diálogo que se fundamentou a pesquisa. A teoria ao encontrar-se com a materialidade da vida produziu um novo conhecimento, uma nova reflexão e, por conseguinte, uma nova ação.

Neste artigo discutiremos os resultados preliminares que surgiram nos círculos e que chamaram atenção na fase inicial da pesquisa. Podemos afirmar que, no começo, as mulheres compartilhavam ideias do senso comum sobre *ser mulher*, como por exemplo, aquela que é corajosa, trabalhadora, mãe, amorosa e etc. Conforme as discussões nos círculos foram avançando, e fomos trabalhando concepções variadas sobre o que é ser mulher, por meio de vídeos

¹⁰ O mapa diagnóstico se constitui de um gráfico onde um eixo é a magnitude dos problemas e o outro é a viabilidade de solução. O próprio grupo preenche o mapa colocando seus problemas conforme compreende o seu lugar dentro da articulação entre os dois eixos. O mapa auxilia na visualização dos problemas e mais do que isto a sintetizar e refinar o que muitas vezes pode ser visto como uma imensidão de problemas. A ideia com o mapa é eleger um problema que possa ser enfrentado dentro do prazo da pesquisa e construir coletivamente uma ação que enfrente esse problema.

com depoimentos, documentários e *podcasts*, tendo como fundamento nossa lente epistemológica, foram emergindo outras formas de ser mulher que não a esposa e mãe, como, por exemplo: mulheres lésbicas, mulheres negras, mulheres indígenas, as que não casam e, ainda, aquelas que não possuem filhos.

Assim, essa concepção começou a se transformar e surgiram discussões que problematizaram o senso comum, instaurando um processo pedagógico de *conscientização*. A categoria freiriana *conscientização* adequa-se muito bem a este estudo, pois para Freire (2018) trata-se de um processo pedagógico que vai além de tomar consciência de algo, ou seja, a conscientização é refletir criticamente sobre algo que se toma consciência e, a partir disso, a realidade se torna um objeto cognoscível.

Há, portanto, uma compreensão da realidade vivida, do contexto social e histórico em que os seres humanos estão imersos. A *conscientização* é a tomada de consciência que se aprofunda, é o desenvolvimento crítico da tomada de consciência e, necessariamente, implica ação. Para esse processo entre a tomada de consciência até a conscientização Freire (2018) elaborou estágios de consciência, desde a ingênua até a crítica. A consciência ingênua seria o estágio elementar de consciência em que os seres humanos estão ainda imersos na natureza e não conseguem refletir sobre as relações, não conseguem se distanciar, pois as consideram como dadas, ou seja, as veem de forma naturalizada. Por outro lado, a consciência crítica se dá após o processo de humanização em que os sujeitos, ao se distanciar da natureza, desvelam as razões e as relações que atravessam mulheres e homens na sociedade e refletem sobre isso, produzindo conhecimento e ações transformadoras e emancipadoras. A conscientização para Freire está indelevelmente ligada à categoria libertação e à vocação ontológica de *ser mais*.

Nesse sentido, o grupo de mulheres ao tomar consciência de que ser *mulher* está além do que pode ser observado no senso comum e refletindo com a perspectiva teórica descrita anteriormente neste trabalho, elaboraram questionamentos que envolviam temáticas como: os problemas de falta de

renda, os preconceitos raciais e de gênero que atravessam a sociedade, os medos e opressões da maternidade e a dificuldade de acesso ao mundo de trabalho. Todas essas questões são a base de reflexão do Ecofeminismo e da Teoria da Reprodução Social, ou seja, no sistema capitalista as mulheres estão sob forte opressão e isto, por meio do novo patriarcado, gera preconceitos estruturais, empregos precários, dupla jornada de trabalho e a pressão social em ser mãe, ao ponto em que se confunde a noção de *ser mulher* com *ser mãe*.

Um ponto de destaque é que discussões sobre raça¹¹ e gênero fluíram satisfatoriamente no grupo, no sentido de que as mulheres visualizam essas opressões em seu dia a dia, mas, por outro lado, as discussões sobre classe social precisavam ser provocadas, pois o grupo, inicialmente, não conseguia fazer essa articulação entre os problemas que enfrentam e a opressão de classe. Isto se notou na discussão específica sobre trabalho e em como elas (mulheres participantes) se sentem inferiorizadas quando vão ao centro da cidade em busca de emprego. O centro da cidade é considerado um território a que elas não pertencem e não devem ocupar. Para elas, isso é percebido na forma de preconceito com as roupas que usam, na forma que falam e se comportam, e que é traduzida na expressão *boa aparência*.

No 3º círculo de cultura ao serem provocadas a refletir sobre se todas as mulheres têm as mesmas condições de enfrentar as opressões em nossa sociedade, elas concordaram que não. Então, imediatamente surgiu a questão: qual mulher tem mais condições de enfrentar essas opressões? A resposta foi rápida: branca, rica e bonita.

Nesse sentido, se fez necessária a crítica ao feminismo liberal. Para bell hooks (2019) o movimento feminista branco e liberal é uma ideologia burguesa,

¹¹ Em nosso trabalho utilizamos o termo *raça* por compreendermos que na sociedade brasileira ele carrega um sentido político e social. Gomes (2017) ao discutir sobre os termos e conceitos centrais nas relações raciais brasileiras, compreende que estas se dão não apenas por questões culturais ligadas a grupos étnicos-raciais, mas que têm base nas características da estética corporal das pessoas negras, pardas e indígenas. A autora afirma que os intelectuais e o Movimento Negro brasileiros adotam o termo *raça* não no sentido biológico, mas sim atribuindo-lhe um sentido político baseado na construção histórica e cultural brasileira e no racismo estrutural daí decorrente. Assim, *raça* é uma construção política, social e cultural produzida a partir de relações sociais e de poder inseridas em determinado contexto histórico.

pois está diretamente relacionado à lógica “[...] atomística, competitiva, do individualismo liberal” (p. 37) que permeia todas as relações da sociedade capitalista. Assim, a teoria feminista produzida por meio dessa ideologia perde seu potencial de radicalização, esvaziando a luta feminista. Isso pode ser observado quando na luta por direitos iguais ou salários iguais aos dos homens, contudo não há uma luta que busque o enfrentamento da exploração de trabalhadoras, que seja contra o imperialismo, colonialismo, racismo e patriarcado. Ao contrário, o que percebemos é uma luta feminista voltada ao reformismo mais do que à ruptura das relações de exploração e opressão.

O movimento feminista é cada vez mais dominado por mulheres brancas, burguesas, intelectualizadas e acadêmicas que universalizam questões próprias à sua realidade e não levam em consideração outras opressões como classe e raça, por exemplo. A generalização de uma ideia de libertação pessoal não diz muita coisa para mulheres negras e pobres que muitas vezes vivem de forma coletiva, pois a situação de vulnerabilidade em que vivem as fazem construir redes de apoio às quais, mulheres brancas e da elite desconhecem, ou pior ainda, desvalorizam.

Significativa reflexão neste sentido fazem as autoras Arruzza, Batthacharya e Fraser (2019) quando dizem que o feminismo é para os 99%, isto é para a grande maioria da população (mulheres e homens) da classe trabalhadora e oprimida. As autoras fazem uma crítica ao feminismo liberal e advogam que o movimento feminista deve focar antes de tudo, em melhorar a opressão e exploração desses 99% da população e junto a isso pensar a liberação das mulheres, ou seja, a luta do movimento feminista deve ser antes de tudo uma luta anticapitalista.

A questão da diferença de classe foi percebida pelo grupo, quando discutimos sobre o mundo do trabalho, a partir de um *podcast*¹² em que várias mulheres foram entrevistadas sobre a dificuldade em acessar o mercado de trabalho e conciliar a carreira e a família. Ao final foram feitas as seguintes

¹² *Maria vai com as outras* é um *podcast* da Revista Piauí, com a jornalista Branca Viana, que trata sobre mulheres e mercado de trabalho. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/maria-vai-com-as-outras/>

indagações às participantes: Vocês se reconhecem nesse *podcast*? Alguma dessas mulheres representa a realidade de vocês? Todas concordaram que não, pois estas eram mulheres que tiveram acesso à educação em primeiro lugar, em segundo lugar a grande maioria era branca e de classe social privilegiada. As participantes do grupo disseram que não possuem uma carreira específica, uma vez que não acessam empregos que justifiquem tal definição, já que todas trabalham esporadicamente em empregos precários, possuem baixa escolaridade e, ainda, dificuldade de leitura.

Ainda em relação ao tema *trabalho* as participantes discutiram sobre trabalho remunerado e não remunerado, o trabalho do cuidado e a dupla jornada que as mulheres enfrentam com o trabalho doméstico. O principal problema escolhido pelo grupo foi a falta de renda, o que, na opinião delas, as coloca em total dependência dos homens.

As discussões sobre a Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya, 2019) mostraram que as participantes, a partir de suas experiências cotidianas, entendem bem, tanto a separação entre a esfera da produção e da reprodução social. Para elas, trabalho doméstico, trabalho de cuidado e trabalho precário são temas conhecidos que geram diálogo e experiências compartilhadas. Além disso, compreendem e concordam que essas relações opressivas são estruturais em nossa sociedade, mas que precisam ser transformadas. Esse processo de *conscientização* é um dos pressupostos do Ecofeminismo, pois também engloba a transformação da relação entre as mulheres e os homens e que passa, obrigatoriamente, por uma nova relação com a natureza.

Uma atividade coletiva desenvolvida no 12º círculo com desenhos, bem como com os grupos de discussão subsequentes mostraram que as mulheres participantes possuem a mesma noção de trabalho. Essa atividade se desenvolveu da seguinte forma: cada mulher fez um desenho sobre a sua profissão, ou o que considerava a principal atividade de seu trabalho. Depois passou para a colega ao lado, a qual devia continuar o desenho, acrescentando mais detalhes ao desenho iniciado, ou seja, era preciso reconhecer o desenho da colega. A seguir, essa segunda mulher também passava, mais uma vez, o

desenho adiante e a terceira mulher também devia continuar o desenho. Ao final, o desenho deve voltar à primeira autora. O objetivo dessa dinâmica era mostrar como é difícil completar os desenhos e as ideias de outra pessoa, colocando-se no lugar da outra. Contudo, no caso de nosso grupo, ocorreu o contrário, pois ao refletir e em seguida desenhar sobre o principal trabalho desenvolvido por elas, imediatamente apareceu o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado com os filhos e demais familiares. Todas as participantes desenharam em primeiro plano a casa e o trabalho que desenvolvem dentro dela e completaram com muita facilidade os desenhos das demais, tal que concluímos que *trabalho* para as participantes é o trabalho doméstico e de cuidado. Por isso, a familiaridade que o grupo desenvolveu desde o início com as discussões em torno da Teoria da Reprodução Social e do Ecofeminismo.

Passando para a última palavra geradora trabalhada com o grupo, percebemos que o conceito de *maternidade* permeou todos os temas discutidos nos círculos, pois, conforme as mulheres participantes admitiram, foi o tema que mais gostaram de dialogar, embora reconheçam que não se discute em profundidade, de acordo com a fala de uma das participantes¹³: “[...] nunca paramos para pensar sobre isso”. O “isso” é o impacto negativo que a maternidade causa na vida dessas mulheres e que apareceu no diagnóstico de problemas, principalmente quando a maternidade é precoce. A gravidez na adolescência foi considerada um problema de alta magnitude e de difícil resolução para elas, pois as retira da escola e as insere no trabalho doméstico e de cuidado da casa, ou seja, no trabalho de reprodução social (BATHACHARYA, 2019).

Uma frase que repercutiu muito nos círculos, foi dita por uma mulher de 23 anos ao ser provocada a refletir sobre a gravidez precoce: “A gente não tem porque esperar, não vamos estudar, não temos emprego, então a gente investe na família e faz filho”. Isso revela a falta de perspectiva das mulheres pobres e a falta de acesso à educação e ao mundo do trabalho. Essa frase foi dita no 4º círculo, ou seja, ainda no início dos encontros e marcou as discussões sobre o

¹³ Neste artigo não vamos nominar as participantes dos círculos de cultura.

que é ser *mulher*. Foi neste contexto que surgiram as primeiras reflexões sobre a *maternidade* e somente ao final, no 18º círculo, conseguimos a exteriorização, em diversas falas, de que esse é um problema de alta magnitude.

Ainda em relação a esta questão, percebemos a dificuldade que o grupo encontrou para admitir que a maternidade era um problema e que impactava negativamente em suas vidas. Foi uma discussão demorada e que precisou ser conduzida de forma cautelosa, pois apareceram algumas reações contrárias e as participantes precisaram de tempo para refletir e elaborar em que sentido o fato de serem mães as transformava. Essa reflexão antagoniza com a ideia de que ser mãe é algo sagrado e, ao mesmo tempo, parece pôr em risco o amor pelos filhos. Tudo isso faz com que as mulheres sequer consigam admitir em voz alta que a maternidade é, de fato, um problema e que impacta negativamente em suas vidas.

Federici (2022) afirma que é na cotidianidade onde se dão as principais mudanças sociais e que a ascensão do movimento feminista tornou a crítica da vida cotidiana essencial para o entendimento da sociedade.

O ponto de vista do feminismo possibilitou o reconhecimento de que a “vida cotidiana” não é um complexo genérico de eventos, atitudes e experiências em busca de uma ordem; é uma realidade estruturada, organizada em torno de um processo específico de produção – a produção de seres humanos, que, como apontaram Marx e Engels (1970, p. 48-9 [2007, p.47-8]), é “o primeiro fato histórico” e “condição fundamental de toda história” (FEDERICI, 2022, p. 255, grifos da autora).

A produção de seres humanos e o trabalho reprodutivo e de cuidado no capitalismo foi associado à reprodução da força de trabalho e à noção de trabalho de mulher e, portanto, trabalho doméstico não remunerado. Sendo assim, foi naturalizado e qualquer tentativa de romper com essa estrutura faz com que as mulheres e, principalmente aquelas que são mães, experimentem forte sentimento de culpa. Por isso as mulheres participantes enfrentaram dificuldades em refletir sobre a magnitude e os impactos dos problemas da maternidade e do trabalho doméstico.

Os resultados da pesquisa, ainda que parciais, desvelam, em primeiro lugar, a forte opressão que mulheres pobres, racializadas e com baixa

escolaridade enfrentam na sociedade capitalista e patriarcal, assim como também desvelam a consciência que o grupo desenvolve a partir dessas opressões articuladas ao referencial teórico da Educação Ambiental Crítica e do Ecofeminismo. Como afirma Dalla Costa e James (1979, p.92) “As mulheres estão descobrindo cada vez mais que não há outra saída, senão uma mudança total. Mas agora elas têm algo claro. As coisas não podem continuar como antes. Toda mulher sabe”¹⁴. As mulheres em diálogo, reunidas em círculos de cultura e ao compartilhar experiências, mediadas pela lente epistemológica produzida para esta pesquisa, sabem que algo precisa ser transformado e passaram a refletir sobre as possíveis ações.

Assim, nosso trabalho mostra, mesmo que em reflexões preliminares, um processo de *conscientização* trilhado pelas mulheres da associação e que reverbera em enfrentamentos que essas mulheres consideram importantes construir coletivamente com vistas à emancipação e a transformação da realidade em que vivem. O próximo passo desta pesquisa é escolher um problema do mapa diagnóstico e construir uma ação que fortaleça o vínculo entre as participantes do grupo, gerando renda e aumentando a autoestima dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho buscou mostrar resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado desenvolvida desde 2019 com um grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade que convivem em uma associação, em um município no sul do estado do Rio Grande do Sul.

Podemos visualizar três etapas do caminho da pesquisa, em que já percorremos dois deles. A primeira tendo o grupo e a investigação temática em foco, priorizamos a construção de uma lente epistemológica que desvelasse as opressões enfrentadas por essas mulheres, naquele território. Essa construção

¹⁴ No original: “Las mujeres están descubriendo cada vez más que no hay otra salida más que un cambio total. Pero ya tienen algo en claro. Las cosas no pueden seguir como hasta ahora. Toda mujer lo sabe”.

é um caminho de mão-dupla, ou seja, ao refletir sobre o aparato teórico, com a Educação Ambiental Crítica e o Ecofeminismo no ambiente acadêmico, temos sempre em mente o contexto social e histórico em que o grupo está inserido e as experiências compartilhadas pelas mulheres. Dessa maneira, ao voltarmos ao grupo, refinamos a parte teórica, e assim sucessivamente. Esse processo de idas e voltas requer que tivéssemos com as participantes uma relação de confiança e afinidade, o que permitiu o conhecimento da realidade do grupo, segundo os princípios da pesquisa-ação participante.

A segunda etapa, nos círculos de cultura, nossa lente epistemológica permitiu aprofundar discussões e desvelar opressões naturalizadas no cotidiano da vida das mulheres, dialogando sobre temas como *mulher, maternidade e trabalho*. O desafio dessa etapa foi desenvolver reflexões ecofeministas com mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental, a qual engloba, ainda, a baixa escolaridade e dificuldade de leitura. Por meio de experiências e reflexões compartilhadas acreditamos que trilhamos o processo pedagógico freiriano da *conscientização*.

Temos ainda pela frente a terceira e última etapa da pesquisa-ação participante: a escolha do problema a ser enfrentado pelo grupo. Esse enfrentamento deve acontecer a partir da construção de uma ação que abarque, tanto a parte teórica quanto a metodologia da pesquisa-ação, isto é, o objetivo é atingir uma ação de transformação da vida dessas mulheres oprimidas, elaborando soluções coletivas que tenham como meta a justiça social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia (popular) solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. 2007. 356 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2064> Acesso em: 12 de dez.2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BATTHACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, p. 100-113, 1º semestre. 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>
Acesso em: 22 nov. 2021.

BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **A questão política da educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa Participante**: a partilha do saber. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo de Cultura. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Edição Kindle.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **El poder de la mujer**: y la subversión de la comunidade. Argentina: Siglo veintiuno, 1979.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Ecofeminismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Editorial Cone Sul/Editora Uniube, 1999.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2018. Edição Kindle.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Portal Geledés**: artigos e revistas, [s. l], p. 39-62, 13 mar. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao/> . Acesso em: 12 jun. 2023.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KRONBAUER, Luiz Gilberto. Ação- Reflexão. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Edição Kindle.

LAYRARGUES, Phillipe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**: Revista de Educação Ambiental, Rio Grande, v. 8, n. 1, p.37-57, jan. 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>. Acesso em: 04 mar. 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. Cortez: São Paulo, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (Org.). **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. Edição Kindle.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale**: women in the international division of labour. London: Zedbooks, 2014. Edição Kindle.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London & New York: Zed Books, 2014.

PEDRUZZI, Alana das Neves. **Sobre presenças e ausências na Educação Ambiental Crítica**. 2019. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses/55-publicacoes-de-2019/569-12241tese-alana-das-neves-pedruzzi>. Acesso em: 19 dez. 2021.

PITANO, Sandro. Sujeito Social. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Edição Kindle.

PULEO, Alicia Helda. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible. Madrid: Cátedra, 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2022.

ZEIN, Laila Fariha; SETIAWAN, Adib Rifiq. General overview of ecofeminism. **LaxLars**, Indonésia, p. 1-10, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335441481_General_Overview_of_Ecofeminism
Acesso em: 20 set. 2021.